

MASSELA, Alexandre Braga. *O naturalismo metodológico de Émile Durkheim*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Goiânia: Editora UFG, 2006. (Coleção Metodologia e Teoria Social)

JORDÃO HORTA NUNES*

As referências a Durkheim e a sua obra são incontáveis na literatura sociológica, desde o nível propedêutico até a dimensão de reconstruções direcionadas de suas teorias ou conceitos, como encontramos em Parsons, Habermas, Bourdieu, Dubar, Lahire e outros. Entretanto, o consenso que hoje se verifica sobre a importância do legado durkheimiano no desenvolvimento da sociologia como ciência e da metodologia proposta por Durkheim, de forma originária ou reconstruída, na orientação da pesquisa sociológica contemporânea, contrasta com a relativa escassez de análises mais rigorosas ou abrangentes de sua obra, ou mesmo de compilações de artigos e excertos que, como *reader's companions*, encaminhem o leitor nos meandros da produção sociológica do mestre francês. O livro de Alexandre Massela propicia a oportunidade de reconsiderar as teorias e explicações na sociologia durkheimiana, com base em um instrumental metateórico elaborado a partir de um repertório conceitual desenvolvido em diversas disciplinas, como filosofia da ciência, lógica e filosofia da linguagem, que transcendem o escopo da sociologia científica. A publicação teve como origem a tese de doutoramento do autor, orientada por José Jeremias de Oliveira Filho, que dirige na Universidade de São Paulo um programa de pesquisa em metodologia e epistemologia das ciências sociais. Massella, atualmente professor do Departamento de Sociologia da USP, traduziu e publicou diversas

obras de John Stuart Mill, dentre as quais *A lógica das ciências morais*, de especial relevância na metodologia das ciências sociais. Em sua produção metodológica, também se destaca o artigo “Stuart Mill, Durkheim e a prova de relações causais em sociologia” (*Ciência e Filosofia*, n. 6, 2000), tendo como base sua dissertação de mestrado.

O livro está organizado em cinco capítulos e a conclusão, precedidos de uma introdução. Esta compreende uma caracterização do naturalismo como perspectiva na filosofia e nas ciências sociais, destacando seus desdobramentos epistemológicos, ontológicos e metodológicos. Enfatiza-se a crítica feita por Durkheim às explicações teleológicas (em função de intenções e fins) nas ciências sociais e seu apoio às explicações causalistas. O autor recorre aqui a diversos autores que se notabilizaram por análises da explicação na metodologia das ciências sociais, no quadro do debate entre causalismo e anticausalismo, naturalismo e intencionalismo, naturalismo e antinaturalismo, como Von Wright, Alexander Rosenberg e Peter Winch. São analisadas, no primeiro capítulo, as formulações ontológicas de Durkheim, apontando para um naturalismo não reducionista. No segundo, destaca-se a ênfase de Durkheim ao uso adequado dos conceitos e à análise da relação entre o senso comum e o conhecimento científico. O capítulo seguinte compreende uma análise ideológica da elaboração teórica do sociólogo francês, destacando o contexto polêmico do naturalismo de Durkheim. Inclui também as implica-

* Professor da Universidade Federal de Goiás.

ções metodológicas das considerações ontológicas precedentes. Uma crítica das explicações finalistas e intencionais, bem como a defesa das explicações causais constituem a temática do capítulo quatro. No último capítulo e na conclusão, Massella aponta o potencial e os limites do naturalismo em moral e em metodologia das ciências sociais.

O autor situa a metodologia das ciências sociais na acepção de uma reconstrução crítica dos fundamentos epistemológicos, ontológicos e técnicos das disciplinas componentes, destacando a sociologia, a antropologia e a ciência política. Privilegia, nesse âmbito metateórico, a denominada Escola Anglo-saxônica, uma das duas grandes tradições metodológicas nas ciências sociais, que se vale principalmente da filosofia analítica da ciência. São raras, portanto, considerações referentes à dialética ou à hermenêutica, que fundamentam a Escola Continental, segunda grande tradição metodológica, conforme a distinção proposta por Radnitzky (*Contemporary schools of metascience*, 1973). Entretanto, a opção metodológica não abranda as dificuldades que envolve a compatibilização da perspectiva naturalista com os requisitos da verificação objetiva e da determinação de relações causais entre fatos sociais, na precisa reconstrução desenvolvida. O autor recorre, ao demarcar a problemática e de seu objeto, à distinção e à possível complementaridade entre explicações finalistas e causalistas, que recebeu um tratamento paradigmático no *Explanation and understanding* de Von Wright (1971). Desde o início, o leitor é conduzido ao problema da explicação científica na metodologia das ciências sociais e sua análise por diversos autores, fazendo antever os problemas que envolvem a aceitação de um naturalismo metodológico para a explicação científica. Evidentemente, os modelos causalistas ou que, pelo menos, não abdicam da causalidade terão maior influência na formação do instrumental de reconstrução de Alexandre. É necessário destacar a nítida preocupação em valorizar os modelos que relativizam, ou criticam a dicotomia entre causa e intenção na explicação científica. Daí o destaque conferido ao silogismo prático, tanto na versão de Von Wright como na de Rosenberg

(*A philosophy of social science*, 1995), esta mais direcionada à compreensão hermenêutica.

A forma de introdução à análise do naturalismo metodológico, partindo de uma sucinta reconstrução das metateorias da explicação científica, foi resultado de uma escolha metodológica bem-sucedida e apresenta grande eficácia analítica. Porém, todo modelo analítico descortina uma perspectiva em favor de outras possíveis. No caso das formas de explicação sociológica presentes na introdução, a postura de Peter Winch (*A idéia de uma ciência social*, 1970), caracterizada como anticausalista, é apenas apresentada como contraposta a modelos causalistas ou híbridos de explicação. No entanto, algumas das idéias que a sustentam, como a proposição de que a capacidade de compreender uma ação simbólica é similar à competência de seguir uma regra ou, ainda, que a formação de conceitos depende das formas sociais de vida compartilhadas pelos agentes nas situações de comunicação, não seriam contraditórias à posição durkheimiana expressa, por exemplo, no artigo “Formas primitivas de classificação”, no qual o sociólogo francês propõe a formulação das categorias de classificação e até de outras formas de entendimento, em termos sociológicos, ou seja, como derivadas da organização social. Em outras palavras, a defesa de um naturalismo monista, embora coerente e metodologicamente consistente na reconstrução de Massella, pode eclipsar, como neste exemplo, outras leituras não guiadas pelo naturalismo, como a reconstrução feita por Habermas (*The theory of communicative action*, v. 2, 1989) da relação entre as formas de linguagem e a formação de um consenso normativo em *As formas elementares da vida religiosa*, em que Durkheim indica as similaridades estruturais entre a ação ritual e a interação simbolicamente mediada por meio de sinais.

O primeiro capítulo compreende os principais argumentos da reconstrução feita pelo autor, atribuindo a Durkheim um determinismo causal como princípio regulativo, ideal, invocado pela sociologia não como uma necessidade racional, mas como postulado empírico, produto de uma indução legítima. “Embora a especificidade do objeto das ciências sociais exija metodologia distinta da empregada em outras ciências”,

salienta Massella, “a meta do conhecimento, a busca de leis causais, permanece a mesma”. Destaca-se também a análise do uso heurístico de inferências analógicas por Durkheim, considerado como contrapartida, no plano metodológico, de dois temas fundamentais: os fatos sociais são coisas naturais, mas são coisas naturais *sui generis*. O aspecto ontológico emerge na consideração de que os fatos sociais não são coisas apenas para o investigador, mas também para os atores. A argumentação prioriza mais a questão da própria realidade do fato social e dos critérios que Durkheim usa para decidir esta questão do que as alternativas que se abrem, uma vez admitida a realidade do fato social. Ainda assim, Massella não se abstém de relevar as implicações programáticas da posição meta-teórica assumida por Durkheim, ao considerar a sociedade como uma propriedade emergente, e que são também recorrentes na maior parte das análises da metodologia durkheimiana: renunciar à psicologia e “estabelecer-se no coração dos fatos sociais”, a fim de observá-los de frente e sem intermediários; não pedir à psicologia senão um preparo geral e, se necessário, sugestões úteis. Vale ainda destacar a análise que Massella empreende do problema metodológico da inclusão dos conceitos de “consciência coletiva” e “representação coletiva”, noções que alimentariam, na segunda metade do século XX, reconstruções como a de Serge Moscovici, originando a teoria das representações sociais e aproximando a psicologia social da sociologia. A cuidadosa análise das representações coletivas como propriedades emergentes em cuja elaboração “cada consciência individual traz a sua quota-parte” constitui um dos pontos altos do livro, conduzindo-nos a aceitar que, “segundo Durkheim, a propriedade emergente deve exercer também uma influência causal sobre as partes que não seja passível de redução às potencialidades causais imediatas destas” ou, em outros termos, que esse tipo de holismo metodológico de orientação causalista é compatível com as relações de emergência ou de superveniência que, na literatura científica ou filosófica, são postuladas entre as partes e o todo.

Revela-se, ainda no primeiro capítulo, a preocupação do autor em discutir inclusive as

posições antinaturalistas, críticas a Durkheim, como as de Winch e Herbert Hart, ainda que compreendidas no escopo da tradição analítica na metodologia das ciências sociais. Tais leituras invocam uma atitude reflexiva por parte do ator social que, embora submisso a regras, não as vincula em sua prática apenas por compulsão ou coercitivamente. Durkheim incorporaria tal dimensão reflexiva no plano de uma evolução histórica em sua trajetória intelectual. No entanto, o objetivo, no contexto da argumentação, é contestar a leitura de Parsons, que aproxima Durkheim do idealismo e se afasta, em diversos aspectos, do quadro naturalista sustentado. Coerente e defensável no contexto da reconstrução, tal postura afasta o leitor, entretanto, de leituras que aproximam Durkheim da filosofia da consciência e até do hegelianismo que, embora menos freqüentes, adquirem hoje grande importância, principalmente em função de reconstruções como as de Charles Taylor e Axel Honneth, que resgatam a idéia da “luta por reconhecimento”, presente nos escritos do jovem Hegel, para a constituição de uma teoria sociológica do reconhecimento.

Massella investiga, no segundo capítulo, a relação entre o discurso comum e o emprego de conceitos e definições na formulação teórica. Aqui o recurso às categorias analíticas da filosofia da linguagem, como os conceitos semânticos de intensionalidade e extensionalidade, é bastante frutífero. São revistas aqui as implicações metodológicas do conceito de representação coletiva e analisa-se o vínculo entre a linguagem teórica (que concerne a representações como “solidariedade” e “coesão social”) e a linguagem observacional, que toma certas fontes como dados, a exemplo das regras jurídicas, em *O suicídio*, e que só pode ser estabelecido mediante a introdução de novos pressupostos teóricos, como o de “solidariedade positiva”. São examinadas as considerações metodológicas de Durkheim sobre as definições que, conforme Massella,

tentam conciliar as exigências da constituição de conceitos que atendam às necessidades de verificação da ciência, mas que, ao mesmo tempo, não se distanciem do uso comum, já que os fenômenos sociais, se não são consti-

tuídos pelas representações do pesquisador são, afinal, constituídos pelas representações compartilhadas e impostas aos atores.

Analisa-se, em profundidade, algumas das definições mais famosas na sociologia durkheimiana: religião, suicídio, fato social e divisão social do trabalho. Manifesta-se aqui, como em geral no curso da reconstrução, a preocupação em relacionar a análise teórica ou metateórica com as orientações programáticas correspondentes na metodologia, como exemplo a justificação da escolha de certos indicadores empíricos como o “volume da sociedade” e seu “grau de concentração”, que atenderiam à exigência, para o pesquisador, de procurar e identificar as “diferentes propriedades” do meio social que podem exercer uma ação sobre o curso dos fenômenos sociais. Essa questão remete ao problema da análise dos dados, ou da “administração da prova”, em que Durkheim recorre ao método das variações concomitantes de Stuart Mill para validar índices de variações sociais e interpretar a relação encontrada por meio de um tipo de explicação finalista, analisado por Massella no capítulo seguinte.

A interpretação dos dados ocorre, segundo a reconstrução de Massella, no contexto da justificação de uma lei, na forma de uma explicação alternativa para um fato que, antes da explicação, apresentava-se como uma exceção à lei. Em *O suicídio*, por exemplo, Durkheim parte da constatação empírica da menor inclinação para o suicídio entre os judeus como uma aparente exceção em relação à lei que afirma uma variação positiva concomitante entre a intensidade da vida intelectual (nos casos em que esta denota um abalo das crenças comuns) e o suicídio. Torna-se importante, neste caso, tentar reinterpretar este fato e caracterizá-lo como exceção, pois está em xeque um dos passos explicativos da teoria que explica, por exemplo, toda uma classe de suicídios, o suicídio do tipo “egoísta”. A regra de explicar um fato social por outro fato social orienta essa explicação e a “reinterpretação” do fato e, assim, não pode ser identificada como uma estratégia arbitrária para salvar a todo custo supostas leis. Assim, as hipóteses não são derivadas dos fatos, como se requer, por exemplo, no critério empi-

rista do significado, mas “inventadas com o fim de explicá-los”. Massella critica as tentativas de adequar essa estratégia metodológica empregada por Durkheim no modelo nomológico-dedutivo. Trata-se, por outro lado, de um tipo de inferência indutiva, que conduz a generalizações similares às obtidas por métodos experimentais. Porém, o sociólogo pioneiro também recorria a outros tipos de inferência, admitindo não somente a elaboração hipotética de proposições gerais para explicar correlações obtidas empiricamente, mas também a possibilidade de considerar hipóteses alternativas na explicação fornecida a alguns tipos de fatos.

Massella recorre, no quarto capítulo, ao tipo de crítica e de incorporação das explicações finalistas elaborado por Durkheim para entender a noção de inteligibilidade da relação causal e caracterizar melhor seu naturalismo no plano metodológico. Durkheim criticava as explicações teleológicas e finalistas, sustentando que mostrar que um fato é útil ou que tem certas finalidades não equivale a caracterizá-lo nem a explicar como surgiu. Segundo Massella, Durkheim tende a identificar as explicações finalistas com as psicológicas, concebendo o finalismo como uma visão segundo a qual a sociedade é um meio para as finalidades dos indivíduos. Contudo, sua crítica parece atingir apenas um tipo de explicação finalista e não a própria classe de explicações finalistas. Isso fica claro quando Durkheim, ao explicar o suicídio, procura mostrar como os estados psicológicos gerados pelo meio social tornam inteligíveis as disposições e intenções suicidas:

O suicídio passa da ordem da motivação pressuposta para uma teoria social explícita da motivação: o suicídio passa de uma inclinação natural pressuposta que o meio social pode ou não bloquear para a ordem de uma motivação que só é inteligível à luz das necessidades do homem socializado e das possibilidades, dadas também socialmente, para realizá-las. (p. 219)

Embora Durkheim manifeste o interesse científico pelo significado social do suicídio, o método empregado para analisá-lo não considera como base empírica válida os motivos alegados pelos indivíduos em situações concretas de suicídio, nem a possibilidade alternativa de

noções e intenções expressas pelo agente como constitutivas do próprio suicídio; em outras palavras, não interessava a Durkheim a “pragmática” do auto-suicida, mas a determinação de associações estatísticas entre a taxa de suicídios e variáveis de perfil social, obtidas por fontes secundárias e interpretadas com o auxílio de teorias sociopsicológicas.

O método científico e as obras de orientação ou reflexão metodológica, a exemplo das *Regras do método sociológico*, são elaborações *ex post facto*, ou seja, pensar a ciência é tarefa da própria ciência e não uma fundamentação lógica anterior à prática da pesquisa. O método é, portanto, imanente à ciência e esta deve satisfazer um padrão único, recorrente na história da ciência e que consiste na aplicação do método experimental no contexto da definição de conceitos, da classificação de tipos e da prova de relações causais. A orientação naturalista transfere-se, portanto, reflexivamente, a uma concepção naturalista da sociologia como disciplina, cuja constituição requer o uso de métodos da ciência empírica e a realização de uma historiografia da ciência, para identificar e discutir seus princípios. Massella salienta a atitude metodológica presente na sociologia de Durkheim e que favorece a continuidade entre a constituição da ciência como disciplina e a prática científica: “manter-se na consciência moral de uma determinada época, pois a ciência não pode pretender legislar em seu lugar; porém, porque a consciência comum não penetra no fundo das coisas, as tensões internas que porventura ela experimentar poderão ser resolvidas a partir do ponto de vista privilegiado da ciência”. Finalizando sua argumentação,

Alexandre Massella mostra como essa estratégia está presente em *A divisão do trabalho social* e em *As regras do método sociológico* e nos conduz a avaliar uma derradeira questão, não menos importante, a que nos conduz o naturalismo metodológico de Durkheim: o papel normativo da efetivação de regras metodológicas no curso da história da ciência. Contudo, o próprio autor nos conduz a uma posição mais cautelosa com relação à possibilidade de uma solução definitiva do problema metodológico apontado:

da mesma forma como não pudemos concluir que Durkheim pretendia justificar proposições valorativas com base nas proposições de fato da ciência, mas apenas fornecer boas razões para adotarmos certas regras práticas, não devemos concluir que Durkheim pretenda justificar sua metodologia com base na história da ciência. Ao recorrer à história da ciência social recente ele estará precisando o seu próprio ideal metodológico e apontando sua fecundidade. (p. 252-3)

Esta resenha de *O naturalismo metodológico de Émile Durkheim* compreende uma perspectiva de leitura que privilegiou, certamente, alguns aspectos, possivelmente em detrimento de outras considerações que se tornariam proeminentes a partir de outros referenciais analíticos. No entanto, espera-se que a seleção de comentários e argumentos que aqui se encerra contribua para motivar a leitura completa de um livro que carrega, indubitavelmente, os atributos de uma reconstrução metodológica capaz de direcionar ou reorientar a apreensão cognitiva de um autor e sua obra.